

o Agropecuária do Estado de Goiás e  
al de animais - Goiânia - 14 a 27 de maio.



# Congresso pode instituir programa de televisão para divulgar seus trabalhos

por Marta Salomon  
de Brasília

A divulgação dos trabalhos dos deputados e senadores em cadeia nacional de televisão poderá ser aprovada na semana que vem pela Câmara dos Deputados. O projeto de lei que cria o programa diário do Congresso Nacional foi escolhido pelos líderes de partidos para entrar na pauta de votações a partir de terça-feira.

Há quase dois anos, os parlamentares discutem a criação de um programa de televisão diário para o Legislativo, que já dispõe de meia hora por dia em cadeia nacional de rádio para a divulgação de seus trabalhos. O projeto de lei que entra agora na pauta, apresentado pelo deputado José Tavares (PMDB-PR), determina que as emissoras de televisão reservarão, "gratuitamente", dez minutos diários entre as 19 e 20 horas para a transmissão do programa produzido pelo Congresso.

O autor do projeto argumenta que a divulgação dos trabalhos deverá dar "força e prestígio" ao Poder Legislativo. "Existem muitos assuntos que não são convenientemente focalizados pela mídia eletrônica e pela mídia impressa", ponderou José Tavares. "O Congresso tem sido alvo de críticas injustas."

## PRIORIDADE MÁXIMA

Na reunião com o presidente da Câmara, deputado Paes de Andrade, os líderes dos partidos concordaram ainda em votar na semana que vem o projeto de Código de Defesa do

Consumidor, a nova lei agrícola e a regulamentação dos conselhos da República e de Defesa Nacional.

"Prioridade máxima" foi assegurada pelos líderes aos projetos que regulamentam os novos direitos da Previdência e as fontes de custeio da seguridade social. Os projetos põem em prática direitos criados pela nova Constituição, como o 13º salário aos aposentados e o pagamento de um salário mínimo para o aposentado rural para os idosos com mais de 65 anos e os deficientes físicos cárgicos. Para não aumentar as alíquotas de contribuição, o relator dos projetos na comissão de finanças, deputado Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), defende o controle rigoroso da administração da seguridade social.

O projeto que restringe o uso de medidas provisórias pelo presidente da República não obteve acordo dos líderes para entrar na pauta de votações da semana que vem. Ficaram contra o projeto na reunião os líderes do governo na Câmara e Senado, deputado Renan Calheiros e José Ignácio Ferreira, e os líderes do PFL, PDS, PTB e PL, partidos aliados do governo.

Também ficou adiada para a próxima quarta-feira a tentativa de impedir a votação do projeto que define como crime de usura a cobrança de juros acima de 12% ao ano. O projeto apresentado há 7 anos entrou na pauta contra a vontade dos deputados Ricardo Fiuza e Amáral Neto, líderes do PFL e do PDS. A votação está prevista para a semana que vem.